Socialismo Libertário

Revista da Coordenação Anarquista Brasileira - Número 3 - Dezembro de 2016

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA
CAB

O QUE É ANARQUISMO?

SUMÁRIO

Revista Socialismo Libertário
Tiragem: 500 exemplares
Impressão em São Paulo - Dezembro de 2016
Contato: contatocab@riseup.net

editorial

Este terceiro número da revista Socialismo Libertário discute o tema anarquismo e estratégia. Ele envolve questões que nós, da **Coordenação Anarquista Brasileira** (CAB), temos debatido com afinco no último período, tanto internamente nas organizações, como entre as próprias organizações, que se articulam de norte a sul do país.

Os três textos aqui apresentados constituem o resultado deste debate e os consensos estabelecidos que, a partir de então, incorporam-se como parte de nossas linhas teórica, ideológica e estratégica.

"O que é Anarquismo" estabelece os marcos para conceituar nosso entendimento desta ideologia, que possui praticamente 150 anos de existência e impacto histórico e contemporâneo nas lutas de trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo. "Objetivos Finalistas: revolução social e socialismo libertário" especifica, com algum detalhe, nossa perspectiva política de futuro, nosso projeto revolucionário e socialista, que vemos como o horizonte de nossa militância cotidiana. "Para uma Teoria da Estratégia" apresenta alguns fundamentos teóricos com os quais temos trabalhado, definindo a noção de estratégia e diversos conceitos relacionados, num quadro mais amplo das relações de poder e das classes sociais.

Complementa esta edição da revista uma breve homenagem aos 80 da Revolução Espanhola que, juntamente com outros marcos históricos – como os 60 anos da Federação Anarquista Uruguaia, os 110 anos do primeiro Congresso Operário Brasileiro, os 90 anos da Plataforma Organizacional – e contemporâneos – dentre os quais destacamos o crescimento orgânico que tivemos no último período –, nos motivam permanentemente a continuar nossa luta.

Arriba l@s que luchan! Lutar, criar, poder popular!
Rumo à organização nacional!

Coordenação Anarquista Brasileira
Dezembro de 2016

re

esistência anarquista na Espanha

80 anos

O QUE É ANARQUISMO?

Coordenação Anarquista Brasileira

Atentado anarquista
contra Alfonso XIII,
rei da Espanha, em 1906

Neste momento, em que tem havido, por um lado, uma ampla retomada de interesse nos pensamentos e na prática anarquista e, por outro, pouco conhecimento do tema, nos propomos a contribuir, neste breve texto, para que o anarquismo seja melhor e mais adequadamente conhecido. Conhecer o anarquismo não é tarefa simples, visto que em torno deste termo há sentidos estabelecidos pelo senso comum e pelas afirmações de adversários e inimigos dos anarquistas.

Por isso, antes de tudo, é importante abandonar posições deste tipo, que afirmam que o anarquismo é sinônimo de caos, desordem ou mesmo uma doutrina pequeno-burguesa, idealista, individualista, espontaneísta, contrária à organização. Estas afirmações não possuem qualquer fundamento histórico.

150 anos de história no mundo todo

Responder o que é o anarquismo implica analisar uma experiência histórica extensa, que tem por volta de 150 anos, e que envolveu uma expressiva quantidade de trabalhadores e trabalhadoras do mundo todo. Desde meados do século XIX, o anarquismo existe permanente e globalmente, mesmo que entre fluxos e refluxos.

Foi em meio aos movimentos da classe oprimida – que se desenvolviam num contexto de fortalecimento do capitalismo, do Estado, contrapondo-se a eles – que o anarquismo surgiu e se espalhou. Isso ocorreu por meio da interação entre pensamento e ação, entre produção teórica e prática nos movimentos populares.

Em sua história, o anarquismo foi responsável por impulsionar mobilizações que não somente conquistaram importantes reformas para os oprimidos, mas também, em diversos casos, por estimular episódios de transformação revolucionária de maior envergadura.

Por isso, a mencionada resposta só pode ser dada, adequadamente, por meio de uma análise mais ou menos detida desta grande e heroica história.

Greve geral de 1973 no Uruguai

Definindo o Anarquismo

Apresentamos a seguir uma resposta, uma definição de anarquismo e, em seguida, uma discussão para aprofundá-la.

O anarquismo é uma ideologia, uma doutrina política, um tipo antiautoritário de socialismo revolucionário que tem por objetivo mobilizar os trabalhadores de todos os tipos (assalariados da cidade e do campo, camponeses, pescadores e demais povos tradicionais, precarizados, marginalizados e pobres em geral), por meio de uma determinada estratégia, para levar a cabo uma revolução social que acabe com a dominação e que estabeleça a autogestão, o federalismo, a igualdade e a liberdade. Fundamentado numa crítica social a todos os tipos de dominação – sejam elas de base econômica, política ou cultural e, portanto, de classe, de gênero, de raça, de nacionalidade etc. –, o anarquismo pretende chegar a uma sociedade autogestionária, federalista, igualitária e libertária – em que a propriedade seja socializada, em que o próprio povo governe a si mesmo, e que uma cultura concordante fundamente todo este projeto de socialização generalizada. Os meios para isso, condizentes com tais objetivos, implicam a constituição de uma força social classista e combativa, que tenha por base este conjunto de sujeitos oprimidos, e que possa intervir nas lutas de classes por meio de processos que envolvam: participação crescente dos membros, construção pela base, estímulo à luta consciente e ao engajamento voluntário, independência dos inimigos de classe e suas estruturas.

Aprofundando a definição

O anarquismo possui como fundamento uma determinada ética, que tem servido para subsidiar suas críticas e proposições, suas propostas "destrutivas" e "construtivas", a qual se baseia num conjunto de valores como a defesa da liberdade individual e coletiva; da igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; da solidariedade e do apoio mútuo; o estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

É com base nesta ética pautada em valores que os anarquistas têm realizado uma dura crítica aos diferentes tipos de dominação existentes na sociedade, sejam elas de classe e de outros tipos. O sistema capitalista-estatista é, assim, compreendido como uma estrutura de dominação em todos os níveis. A dominação de classe é um de seus aspectos mais marcantes e os outros tipos de dominação, em geral, ocorrem ao mesmo tempo que ela, sem, entretanto, estarem em posição subordinada.

O anarquismo formulou uma crítica à dominação, baseada na oposição à dominação/exploração econômica, dos sistemas capitalista e pré-capitalista; da dominação político-burocrática e da coação física, levadas a cabo pelo Estado; da dominação cultural/ideológica, perpetrada pela religião, pela escola e, mais recentemente, pela mídia.

Por isso, podemos dizer que o anarquismo é, ao mesmo tempo, anticapitalista e antiestatista.

E não é somente contra o "Estado burguês" ou o "Estado capitalista" que os anarquistas vêm lutando. Segundo compreendem, o Estado não é um instrumento que pode ser utilizado por quaisquer classes e com quaisquer finalidades. Trata-se de um instrumento de minorias, essencialmente dominador e que promove, em todos os casos, a dominação de classe. Se por um lado ele pode ser diretamente utilizado pelas classes dominantes para sua dominação direta ou mesmo para manter a ordem e, assim, garantir seus interesses, ele também tem a capacidade de criar, por si mesmo, outra classe dominante: a burocracia.

A crítica do anarquismo às experiências do "socialismo real" vão neste sentido: considera-se, em geral, que os partidos comunistas, ao tomarem o Estado em nome do proletariado, constituíram uma nova burocracia, que deu continuidade à dominação do povo.

É possível verificar que as classes e a luta de classes têm sido compreendidas como algo que está para além do campo do trabalho. As classes não são somente um conceito econômico definido pela exploração do trabalho (detentores dos meios de produção, burguesia, e aqueles que nada possuem exceto sua força de trabalho, proletariado). Entre os anarquistas foi muito comum conceber as classes com critérios mais amplos que estes, envolvendo não apenas a propriedade dos meios de produção, mas também a propriedade de capital, dos meios de coerção, controle, administração e de produção do conhecimento.

Desta maneira, no século XIX, por exemplo, não somente a burguesia era considerada uma inimiga de classe, mas também a nobreza, incluindo os "soberanos" e o clero; dentro da classe oprimida, deserdada, dominada, explorada, estariam não somente o proletariado urbano e industrial, mas todos os trabalhadores e trabalhadoras das cidades e dos campos, abarcando, assim, também, proletariado do campo, camponeses, pessoas desempregadas, as lutas nas questões econômicas dos trabalhadores migrantes, as ações indígenas de inspiração libertária no Peru e México e pobres em geral.

A Plebe. São Paulo, 28 de abril de 1934, nº 61, p. 1.
Arquivo do Estado de São Paulo.

Atualmente, este critério implica que se considerem inimigos de classe não apenas os proprietários dos meios de produção, mas também os especuladores financeiros, a cúpula do exército, os juízes, os proprietários dos grandes meios de comunicação, "os cabeças" das grandes religiões etc.

A dominação de classe ocorre, ao mesmo tempo, num campo mais particular (dono de uma fábrica versus seus trabalhadores, latifundiário versus camponeses sem-terra etc.) e num campo mais geral – reduzindo as diferentes classes em dois grandes conjuntos: classe dominante e dominada, classe privilegiada e deserdada, classe opressora e classe oprimida...

Para além do campo particular, a luta de classes também se manifesta – e esta é sua forma mais relevante – entre estes dois amplos conjuntos. Tal é o conflito chave das sociedades de nosso tempo.

Dominações que não são necessariamente de classe, como as de gênero (machismo), de raça (racismo) e de nacionalidade (imperialismo), também são alvo das críticas anarquistas. Elas não ficam relegadas a um segundo plano e também não são consideradas uma mera decorrência da dominação de classe.

Assim, é possível ver por que os anarquistas consideram que as sociedades modernas e contemporâneas, na imensa maioria dos casos, devem ser caracterizadas como sociedades, sistemas, estruturas em que há dominação em todos os níveis; se é possível dizer que a dominação de classe é um de seus traços mais marcantes, também não se pode negar que outros tipos de dominação, que afetam todas as classes, estão ao mesmo tempo presentes.

Esta crítica, estabelecida a partir de bases racionais e de uma análise da realidade, considera, levando em conta a ética e os valores anarquistas, que o capitalismo, o estatismo e outros fatores que implicam dominação cotidiana são ruins e prejudiciais para a imensa maioria das pessoas, e que, portanto, devem ser modificados. Encontra-se na própria base do anarquismo a noção de que os sistemas de dominação, como no caso deste que hoje vivemos, devem ser transformados em outros, autogestionários, federalistas, igualitários e libertários.

Mas como esta transformação deve ser levada a cabo? Apesar de haver diferenças entre as estratégias propostas pelos anarquistas (algo que fundamenta a definição das correntes anarquistas), há uma linha comum que caracteriza a prática de todos os anarquistas e é por eles compartilhada.

O anarquismo busca combater a dominação em geral, e a dominação de classe em particular. A partir da noção de que nossa sociedade implica dominação em todos os níveis e que as classes sociais são componentes importantes desta realidade, os anarquistas lutam para acabar com a dominação.

Se a dominação de classe é central e mantida como bandeira de luta em todos os momentos, considera-se também fundamental combater, ao mesmo tempo, outros tipos de dominação. Machismo, racismo, imperialismo etc., não devem ser deixados para um segundo momento e nem mesmo serão automaticamente resolvidos com a solução do conflito de classes.

Para promover a transformação social, o anarquismo propõe que se empreenda uma prática política classista, que possa intervir na correlação de forças da sociedade e em suas relações de poder. Os anarquistas pretendem transformar a capacidade de realização de trabalhadoras e trabalhadores, aquilo que eles têm o potencial de realizar, numa força social viva e real, aplicando-a nos conflitos sociais e na luta de classes e buscando permanentemente aumentá-la. Isso significa aproveitar o potencial que não está sendo utilizado de todas as pessoas oprimidas e colocá-las em prática, de maneira a intervirem, realmente, na correlação de forças que constitui a sociedade.

Este aumento de força social, mais comumente buscado nas lutas classistas, protagonizadas diretamente por trabalhadoras e trabalhadores, pode ser buscado nas lutas de raça, de gênero, de nacionalidade, mas, nestes casos, a luta exige uma perspectiva classista, internacionalista e revolucionária.

Mas quem são esses trabalhadores e trabalhadoras que os anarquistas têm historicamente mobilizado? São todas pessoas que fazem parte da classe dominada, oprimida, despossuída.

O anarquismo não se caracteriza pela eleição, fora de contexto, de um sujeito histórico dado de antemão, como acreditam aqueles que defendem ser o proletariado urbano e industrial necessariamente o protagonista da mudança.

Ele se caracteriza, distintamente, pelo investimento na mobilização de pessoas assalariadas da cidade e do campo, camponeses, precárias, marginalizadas e pobres em geral. Ao mobilizar estes sujeitos, os anarquistas sustentam que, para que encabecem uma transformação revolucionária, eles devem estar conscientes e querer a mudança, e é por isso que o estímulo à consciência de classe e à vontade de mudança são tão enfatizados. Por isso, no anarquismo, os sujeitos não são completamente determinados pelas estruturas; suas relações sociais, lutas e culturas contribuem para seu engajamento nos processos emancipatórios.

Além disso, em sua prática política, o anarquismo demonstra uma coerência entre objetivos, estratégias e táticas, ou seja, uma coerência entre fins e meios. Trata-se da necessidade de se trilhar

A Revolução Social
em marcha, na Hespanha

De facho erguido ao alto, no Espaço iluminado das consciências proletárias, a Revolução Social caminha sobre os escombros do passado, destruindo os obstáculos do presente, a caminho do futuro resplandecente de harmonias, onde a IGUALDADE, a FRATERNIDADE e a LIBERDADE não constituam já uma promessa, mas uma realidade científica.[7]

[7] *O Trabalhador*, São Paulo, 1º de maio de 1932, nº 6, p. 1. Arquivo do Estado de São Paulo.

Mulheres na
Espanha em 1936

caminhos que conduzam aos objetivos desejados. No anarquismo, defendeu-se permanentemente a ideia de que as práticas de hoje devem apontar para a nova sociedade em que se quer viver amanhã.

Por isso, se a sociedade futura defendida é autogestionária, federalista, igualitária e libertária, os meios utilizados nas lutas presentes devem contribuir neste sentido. Não se cria uma sociedade sem Estado por meio do reforço do Estado. Não se cria uma sociedade com autogestão do trabalho por meio da militarização.

Os anarquistas vêm defendendo que suas lutas devem estar atravessadas pelos princípios libertários e, portanto, não podem promover a dominação, seja entre os próprios anarquistas ou na relação entre anarquistas e outras pessoas, grupos, organizações, movimentos.

Vêm ainda sustentando a necessidade da independência e da autonomia de classe. O que implica a recusa das relações de dominação estabelecidas com partidos políticos, Estado, outras instituições ou pessoas, garantindo o protagonismo popular da classe oprimida, a ser promovido nas construções das lutas pela base, de baixo para cima, envolvendo a ação direta.

O anarquismo também tem se apoiado no internacionalismo, que sustenta, não apenas a recusa do nacionalismo, mas a necessidade de mobilização classista para além das fronteiras nacionais, numa crença clara de que a internacionalização da revolução é central em seu projeto.

Tal é, em linhas gerais, o caminho que tem sido trilhado pelos anarquistas para promover uma revolução social, que possa transformar a sociedade no sentido colocado. A violência, neste processo, é aceita, na maioria dos casos, como ferramenta inevitável para a mudança, especialmente em função da reação das classes dominantes.

A revolução social defendida pelos anarquistas implica transformações de fundo em todas as esferas da sociedade e não se encontra dentro dos marcos do sistema de dominação presente. Ela deve acabar com a dominação em geral, e o capitalismo, o Estado, as classes sociais e as instituições dominadoras em particular.

Uma nova sociedade deve ser não apenas socialista, mas também se pautar em princípios como autogestão e federalismo e, assim, contar com a socialização da propriedade, a administração política feita de baixo para cima, pelas próprias pessoas oprimidas, assim como uma cultura libertária condizente. Deve ser uma sociedade que garanta a todos e estimule permanentemente a igualdade, a liberdade, a solidariedade, o apoio mútuo e a felicidade.

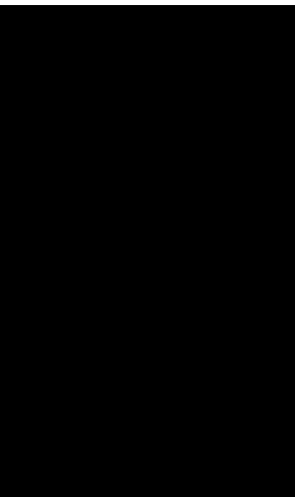
Grandes debates

Quais têm sido os grandes debates entre os anarquistas? Apesar de haver diferenças na maneira de analisar a sociedade e em relação às concepções sobre a forma que a sociedade futura deve adquirir – se deve distribuir os produtos do trabalho de acordo com a necessidade ou com o trabalho realizado, se deve ser gerida por sindicatos, conselhos ou bairros, etc. -, as divergências mais importantes se encontram no campo das estratégias.

Na história do anarquismo houve três grandes questões em relação às quais os anarquistas discordaram e, em alguma medida, ainda discordam: organização, reformas e violência.

No primeiro caso, uma minoria mostrou-se contrária à organização em qualquer nível, priorizando, no máximo, os grupos informais, e uma maioria defendeu a necessidade de organização. Dentre estes últimos, foi mais comum a escolha da organização exclusiva no nível de massas, especialmente nos sindicatos, mas houve também uma parcela considerável que defendeu o dualismo organizacional, a organização em dois níveis: de massas e ideológico. Neste último caso, os anarquistas se organizam em organizações de massas, como trabalhadores, e em grupos e organizações políticas, como anarquistas.

No segundo caso, uma minoria se posicionou contra as reformas, por acreditar que elas não resolveriam os principais problemas sociais e, mesmo, por sustentar que elas prejudicariam a chegada de uma revolução. Para estes anarquistas, era necessário promover imediatamente a revolução e os ganhos de curto prazo seriam não somente inúteis, mas prejudiciais. Uma maioria defendeu a luta pelas reformas, a depender de como ela fosse levada a cabo, como um caminho para a revolução. Para estes outros anarquistas, se a luta pelas reformas fosse feita pelas próprias pessoas oprimidas, estimulada pelos princípios anarquistas, isso seria não apenas pedagógico, mas proporcionaria condições de se avançar para uma transformação de maior envergadura.

No terceiro caso, uma minoria compreendeu que os atos de violência, em geral isolados, poderiam mobilizar pessoas para um projeto revolucionário. Atentados e assassinatos teriam, na compreensão destas pessoas, um potencial para gerar solidariedade e impulsionar os trabalhadores para as ruas. Tal concepção ficou conhecida como a “propaganda pelo fato”. Uma maioria, entretanto, defendeu que a violência não possuía, por si só, esse potencial mobilizador e deveria, no caso de ser utilizada, vincular-se aos movimentos de massas e ser estrategicamente discutida.

Objetivos Finalistas:

REVOLUÇÃO SOCIAL E SOCIALISMO LIBERTÁRIO

Coordenação Anarquista Brasileira

Afirmamos dois objetivos que entendemos por finalistas: a revolução social e o socialismo libertário. A revolução social tem por objetivo destruir a sociedade de exploração e dominação. O socialismo libertário é o que dá o sentido construtivo à revolução social. Juntos, a destruição – como conceito de negação – e a construção – como conceito de proposição – constituem a transformação social, possível e efetiva, proposta por nós. "Não há revolução sem destruição profunda e apaixonada, destruição salvadora e fecunda, justo porque dela e, só por ela, criam-se e nascem os novos mundos." [Mikhail Bakunin. "Estatismo e Anarquia"] No entanto, só a destruição não é suficiente, já que "ninguém pode querer destruir sem ter pelo menos uma remota imaginação, real ou falsa, da ordem de coisas que deveria, em sua opinião, substituir ao que existe atualmente". [Bakunin, "Protestação da Aliança"]

A revolução social é um dos resultados possíveis da luta de classes e consiste na alteração violenta da ordem social estabelecida, sendo considerada por nós o único meio de se pôr fim à dominação e à exploração. Ela se difere das revoluções políticas dos jacobinos e leninistas, por sustentar a alteração da "ordem", não somente como uma mudança política por meio do Estado e trocando uma minoria dirigente por outra. Para nós, o Estado não é um meio de emancipação da classe explorada e oprimida, mesmo que ele seja retirado das mãos dos capitalistas, de maneira revolucionária, por uma suposta vanguarda que diz atuar em nome do proletariado. Uma revolução política como a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, que não acaba com o Estado para produzir a igualdade em seu seio, torna-se uma revolução burguesa e termina "infalivelmente, em uma nova exploração, mais hipócrita e mais sábia, talvez, mas que não diminuirá a opressão do proletariado pela burguesia". [Bakunin, "Cartas a um Francês"]

Diferentemente da revolução política, a revolução social é realizada pelo povo das cidades e do campo que levam a luta de classes e sua correlação de forças com o capitalismo e o Estado ao limite, na construção do Poder Popular. A revolução social acontece quando a força social desenvolvida no seio do povo organizado é maior do que a do capitalismo e do Estado e, colocada em prática, implanta estruturas que sustentam a autogestão e o federalismo, extinguindo a propriedade privada e o Estado, trazendo à tona uma sociedade de igualdade e liberdade plenas. É a revolução social que trará a emancipação popular, conforme diversas vezes afirmado por Bakunin:

É precisamente com este sistema antigo de organização pela força que a revolução social deve acabar, devolvendo a plena liberdade às massas, aos grupos, às comunas, às associações, aos próprios indivíduos, e destruindo, de uma vez por todas, a causa histórica de

todas as violências, o poderio e a própria existência do Estado [...]. [A revolução social é a] abolição de toda exploração e de toda opressão política, jurídica ou administrativa e governamental, até a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todas as riquezas [...]. [Bakunin, "A Comuna de Paris e a Noção de Estado" em Estatismo e Anarquia]

Anarquismo espanhol
no contexto da revolução

A revolução social não é uma "grande noite", em que, espontaneamente, o povo se insurge e produz uma nova sociedade. É inegável que a luta de classes produz uma série de levantes ou até insurreições, acontecimentos espontâneos de muita relevância. No entanto, se não houver um intenso e duro trabalho prévio organizativo, estes episódios passarão, algumas vezes até com ganhos para a classe explorada e oprimida, mas não conseguirão derrubar o capitalismo e o Estado, nem dar corpo à nova sociedade. A construção da organização popular desenvolverá o espírito de luta e organização na classe explorada e oprimida, buscando o acúmulo de força social e incorporando em seu seio os meios de luta em acordo com a sociedade que desejamos construir. Desta maneira, não entendemos a revolução social como simples evolução e nem como consequência obrigatória das contradições do capitalismo, mas um episódio que marca a ruptura e é determinado pela vontade da classe explorada e oprimida organizada.

Enfatizamos que neste processo revolucionário há necessidade do uso da violência, pois não acreditamos que a expropriação dos capitalistas ou mesmo a destruição do Estado possa ser feita sem que a classe dominante promova a violência. Inclusive, o sistema em que vivemos já é um sistema baseado na violência para sua manutenção, e sua exacerbação nos momentos revolucionários só justifica a utilização da violência por parte dos revolucionários, fundamentalmente como autodefesa e como resposta à violência que o povo sofre historicamente. "A violência só é justificável quando é necessária para defender a si mesmo ou defender os outros contra a violência." [Errico Malatesta. "A Violência e a Revolução"]

A classe dominante não aceitará as mudanças impostas a ela no momento da concretização da revolução social. Por isso é necessário saber que, apesar de não sermos incentivadores e nem amantes da violência, ela será necessária para o golpe que pretendemos desferir contra todo este sistema de dominação e exploração.

Sendo a revolução, pela força das coisas, um ato violento, tende a desenvolver o espírito de violência ao invés de destruí-lo. Mas a revolução, conduzida como a concebem os anarquistas, é a menos violenta possível; ela procura interromper toda violência tão logo cesse a necessidade de opor a força material à força material do governo e da burguesia. [...] O ideal dos anarquistas é uma sociedade na qual o fator violência terá desaparecido completamente e este ideal serve para frear, corrigir e destruir este espírito de violência que a revolução, como ato material, teria a tendência a desenvolver. [Malatesta, "Uma Vez Mais Sobre Anarquismo e Comunismo"]

A ação violenta da revolução social, no mesmo momento da expropriação dos capitalistas, deve destruir imediatamente o Estado, dando lugar às estruturas autogeridas e federadas, experimentadas e vigentes dentro da organização popular. Portanto, a concepção autoritária de "socialismo" como período intermediário, em que se estabelece uma ditadura dentro do Estado, não é, para nós, senão outro meio de continuar a exploração do povo e deve ser rechaçada absolutamente, sob qualquer circunstância.

Como a revolução social não deverá ser feita somente pelos anarquistas, é importante que estejamos completamente inseridos nos processos de luta de classes, para poder dar à revolução o rumo do socialismo libertário. Isto porque as experiências das revoluções do século XX nos mostram que, caso isso não ocorra, os autoritários dizimarão as experiências emancipadoras, para ocuparem o Estado, acabando com a possibilidade de autogestão e federalismo, constituindo regimes mais tirânicos do que os anteriores. Uma cultura autogestionária e federalista já deve estar bem desenvolvida nas lutas de classe para que o povo, no momento revolucionário, não se deixe oprimir por oportunistas autoritários e isso se dará por meio de práticas classistas de autonomia, combatividade, ação direta e democracia direta. Quanto mais estes valores estiverem presentes nos processos cotidianos de luta do povo, menor será a possibilidade de se constituírem novas tiranias.

Por mais que rechacemos complemente a concepção de "socialismo" marxista, de ditadura no Estado, é inegável que haja um momento pós-revolucionário de adaptação, rumo ao socialismo libertário. Este momento pode ser ainda de muitos conflitos, e por isso deverá contar com as organizações específicas anarquistas que só se fundirão às organizações sociais em um período posterior, de desenvolvimento pleno do socialismo libertário, quando a ameaça de contrarrevolução tiver passado e o socialismo libertário estiver em funcionamento pleno.

Quando tratamos da nossa concepção de revolução social ou mesmo quando pensamos em uma possível sociedade futura, queremos deixar claro que não estamos buscando determinar de antemão, de maneira absoluta, como se dará o processo revolucionário ou mesmo o socialismo libertário. Sabemos que não há condições de se prever quando esta transformação acontecerá, e por isso, quaisquer reflexões devem considerar este caráter estratégico de projeção das possibilidades futuras, sempre a partir de possibilidades, de referências, e não de certezas absolutas. As características do processo revolucionário dependerão da conjuntura e da correlação de forças.

Portanto, as reflexões aqui explicitadas sobre a revolução social, e principalmente sobre o socialismo libertário não devem ser entendidas como fórmulas ou previsões do que necessariamente ocorrerá. Mas pensamos que as discussões sobre a sociedade futura e o possível funcionamento do socialismo libertário são importantes. Neste ponto, acreditamos que as experiências revolucionárias práticas possuem muito a nos ensinar.

Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia

Defender o socialismo libertário como proposta de sociedade futura implica, para nós, em relacionar dois conceitos indissociáveis quando se trata de um projeto político. De um lado o socialismo, sistema baseado na igualdade econômica, política e social, e de outro a liberdade. Para nós, "o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade", um sistema que se degenera em regimes autoritários, que bem conhecemos ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, "a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça" [Bakunin, "Federalismo, Socialismo e Antiteologismo"], uma forma de continuar a dominação e a exploração em uma sociedade de classes e de hierarquias autoritárias. Portanto, um projeto de sociedade futura que privilegie a igualdade e a liberdade só pode ser, para nós, o socialismo libertário, que toma forma nas práticas de autogestão e federalismo.

Anarquistas numa manifestação em Belfast, 1969

Apesar de serem termos surgidos em épocas diferentes, autogestão e federalismo hoje estão necessariamente ligados e devem ser entendidos como conceitos complementares. A autogestão é uma forma de gestão, um modelo de organização, em que as decisões são tomadas pelos próprios povos, na medida em que são afetados por elas, seja a partir de seus locais de trabalho ou das comunidades onde vivem. O federalismo é um método de articular estruturas autogestionárias, possibilitando as tomadas de decisão em grande escala com uso de delegação. E pensamos ambos os termos aplicados tanto em relação à organização econômica quanto à organização política da sociedade.

A sociedade autogestionária e federalista do socialismo libertário têm como um de seus objetivos a desalienação e o fim das relações de dominação e exploração do trabalho. A crítica realizada hoje ao trabalho, inclusive por libertários, é para nós uma crítica ao trabalho dentro do capitalismo e não uma crítica ao trabalho enquanto tal. No socialismo libertário, o trabalho livre deve ser um dos meios da libertação das pessoas trabalhadoras que, com a autogestão, trarão de volta a si mesmas a riqueza que lhes é usurpada pela propriedade privada capitalista. Desta forma, a socialização do trabalho, dos produtos do trabalho, dos meios de produção, das formas, ritmos e tempos de trabalho, contribuirão para a criação de um modelo de trabalho como "ação inteligente dos homens em sociedade com o fim preconcebido de satisfação pessoal". [Pierre-Joseph Proudhon. "De la Création de l'Ordre dans l'Humanité".] Na nova sociedade todos que possuem condições deverão trabalhar, não havendo mais desemprego, e o trabalho poderá ser executado de acordo com a habilidade e a disposição pessoal. As pessoas não serão mais obrigadas a aceitar qualquer coisa pela ameaça de passar necessidades e não terem as mínimas condições de vida. Às crianças, aos velhos e àqueles impossibilitados de trabalhar estará assegurada uma vida digna, sem privações com todas suas neces-

sidades supridas. Para as tarefas mais enfadonhas ou entendidas como desagradáveis, em alguns casos, se poderá realizar rodízios ou alternâncias. Mesmo no caso da realização da produção, onde for preciso alguma coordenação de especialistas, será necessário também o rodízio na função e o empenho na formação de outras pessoas trabalhadoras com idêntica capacitação para as tarefas mais complexas.

No socialismo libertário, não será mais possível ter poder ou maior remuneração por motivo de ser proprietário de um ou mais meios de produção. Isto porque a propriedade privada deverá ter sido abolida, dando lugar à propriedade coletiva dos meios de produção, que pode ser pensada de duas maneiras: 1- ninguém efetivamente será proprietário e os meios de produção pertencerão à coletividade como um todo, ou 2- todos os membros da coletividade serão donos de uma porção dos meios de produção, exatamente nas mesmas proporções que os outros. "Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, têm que voltar à coletividade humana de onde saíram." [Piotr Kropotkin. "As Nossas Riquezas"] Em um sistema de propriedade coletiva, os direitos, as responsabilidades, os salários e a riqueza não têm mais relação com a propriedade privada, e a antiga relação de classes, baseada na propriedade privada também deve desaparecer. A proposta do socialismo libertário é, portanto, a de uma sociedade sem classes.

No campo, [...] o principal propósito da revolução foi atingido: a terra tornou-se propriedade daqueles que nela trabalham e os camponeses não trabalham mais para o lucro de um explorador que vive de seu sofrimento. Com esta grande vitória obtida, o resto é de importância secundária. Os camponeses podem, se desejarem, dividir a terra em parcelas individuais e dar uma porção para cada família. Ou ainda, eles podem, ao invés disso, instituir a propriedade comum e o cultivo cooperativo da terra. [Piotr Kropotkin. "As Nossas Riquezas"]

É importante mencionar que não consideramos a propriedade estatal como coletiva. Para nós, a propriedade coletiva é autogerida pelo povo, e não gerida pelo Estado, que quando centraliza a propriedade – no caso da URSS, por exemplo – não faz mais do que se tornar um Estado-patrão, que continua a explorar as pessoas trabalhadoras. No caso da propriedade do camponês, aquele que trabalha a própria terra, seria mais adequado entender essa situação não como propriedade, mas como posse. Assim, a propriedade seria sempre coletiva e a posse individual. Posse, pois o valor da terra seria de uso e não de troca. E a relação com a mesma se daria na medida da necessidade do campesinato e não mais do mercado.

Ainda há uma questão fundamental que deve complementar o fim da propriedade privada rumo à igualdade que é o fim da herança, com o objetivo de impedir qualquer tipo de acumulação que tenha consequências sobre o ponto de partida no início da vida. Assim, a verdadeira igualdade será um objetivo, já que

Enquanto a herança existir, haverá desigualdade econômica hereditária, não a desigualdade natural dos indivíduos, mas a artificial das classes, e que esta se traduzirá necessariamente sempre pela desigualdade hereditária do desenvolvimento e da cultura das inteligências e continuará a ser a fonte da consagração de todas as desigualdades políticas e sociais. [Mikhail Bakunin. "Federalismo, Socialismo e Antiteologismo"]

No socialismo libertário o povo é responsável pela vida econômica e política cotidiana, discutindo e decidindo o que produzir em instâncias locais de deliberação coletiva, como conselhos ou núcleos de base. O mesmo em relação ao que consumir, já que entendemos que é a demanda que deve nortear a produção, e não o contrário.

Na cidade e no campo, em cada local de trabalho, do trabalho mais simples ao mais complexo, individual ou coletivo, poderá ser gerido e organizado em instâncias locais de base, em que todas as pessoas trabalhadoras têm os mesmos direitos e responsabilidades e decidem sua gestão em igualdade, já que não há hierarquia. Corpos sociais em que o povo manifesta suas opiniões e participa politicamente exercendo a autogestão e o federalismo.

No socialismo libertário, é preciso extinguir também a separação entre trabalho manual e intelectual, e isso deverá ser feito o quanto antes. O argumento que defende que tanto o trabalho manual como o intelectual são importantes, e que, por isso, deveriam ser igualmente reconhecidos e remunerados, não é adequado. Por mais que sejam trabalhos fundamentais, existem muitas tarefas (que envolvem predominantemente trabalho manual) que são desagradáveis, duras e alienantes, e não é justo que pessoas trabalhadoras estejam inteiramente envolvidas com elas, enquanto outras se dedicam a desenvolver tarefas agradáveis, prazerosas, estimulantes (no geral tarefas intelectuais). Se isso acontecer, certamente o sistema de classes estará recriado, não mais baseado na propriedade privada, mas em uma classe de intelectuais que comandará e outra de pessoas trabalhadoras manuais que executará os comandos.

Buscando acabar com esta separação, os conselhos de pessoas trabalhadoras poderão ter um conjunto equilibrado de tarefas para cada pessoa trabalhadora, que seriam equivalentes para todos. Assim, cada pessoa trabalhadora seria responsável tanto por tarefas envolvendo trabalho intelectual quanto por aquelas que envolvem trabalho manual. Na prática este processo funcionaria, por exemplo, com um trabalhador que desenvolve em uma escola a tarefa de professor por algum tempo e também a de fa-

Manifestação
da Federación
Obrera Regional
Argentina (FORA)

xineiro. Ou alguém que trabalha em pesquisa na indústria, parte do tempo, e outra parte auxiliando em um trabalho manual da produção.

Obviamente que o esquema está simplificado, mas a ideia é que todas as pessoas tenham o mesmo nível de trabalho manual e intelectual, a partir de uma relação do tempo que dedicam à execução das tarefas e do nível destas (de trabalho manual e intelectual). É importante que os conselhos também tenham, entre eles, níveis equivalentes de trabalho manual e intelectual, de maneira que uma pessoa trabalhadora de um conselho tenha um conjunto equilibrado de tarefas semelhante ao de outra. Se eventualmente, em um determinado conselho, só existirem tarefas manuais, então a pessoa trabalhadora deve atuar em mais de um conselho.

Ou seja, tanto internamente nos conselhos como entre os conselhos, deve-se buscar um nível equivalente de trabalho manual e intelectual, no conjunto realizado por cada pessoa trabalhadora, que podem ter uma, duas ou muitas outras tarefas. Isso obviamente significaria uma queda na produtividade, mas veremos adiante que outros elementos da sociedade futura proporcionarão condições para isso.

O objetivo não é eliminar a divisão do trabalho, mas assegurar que as pessoas devem ter responsabilidade por uma sensata sequência de tarefas, na maioria do tempo, para a qual tenham sido treinadas adequadamente e que ninguém desfrute de vantagens constantes, em termos de efeitos de capacitação de seu trabalho. [...] Todos possuem um conjunto de tarefas que, juntas, compõem seu emprego, de forma que todas as implicações de todo o conjunto de tarefas estejam na média, como todas as implicações para a capacitação de todos os outros trabalhos. [...] Todo trabalhador/a tem um emprego. Todo emprego tem muitas

tarefas. As tarefas são ajustadas aos/às trabalhadores/as e vice-versa. [Michael Albert. "PARECON"]

O objetivo na remuneração do socialismo libertário é que ela se guie pelo princípio comunista "de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades". No entanto, entendemos que para a concretização deste princípio, o socialismo libertário já deve estar em pleno funcionamento, com uma produção em abundância. Até que isso seja possível, a remuneração pode ser feita sobre o trabalho, ou o esforço – sendo este entendido como sacrifício pessoal para o benefício coletivo. A remuneração pelo trabalho ou pelo esforço significaria que todos que possuem um conjunto balanceado de tarefas receberiam a mesma coisa e poderiam escolher como gastar. Uns prefeririam adquirir uma coisa ou outra, outros prefeririam investir em lazer, tempo livre, trabalho menos estressante, etc. Um modelo que se aproximaria mais do clássico coletivismo, defendido pelos federalistas que atuavam na AIT do século XIX.

Mikhail Bakunin

Para nós, portanto, seria o caso de funcionar o coletivismo, valendo a máxima "de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo seu trabalho", e, no momento em que fosse possível, aplicar o princípio comunista dando "a cada um segundo suas necessidades". Na realidade isso "se torna uma questão secundária, uma vez que o problema da propriedade foi resolvido e que não há mais capitalistas que se apropriam do trabalho das massas" [James Guillaume, "Ideias sobre a Organização Social"].

O mercado estaria suprimido e em seu lugar se colocaria o sistema de planificação autogestionária, com a definição de preços ou relações de trocas sendo feita entre os conselhos de pessoas trabalhadoras e consumidoras, juntamente com suas federações e instâncias que facilitariam esta interação. Este modelo de planificação diverge da forma autoritária que os Estados planificaram a economia nos países "socialistas". Ele possibilitaria às próprias pessoas trabalhadoras e consumidoras decidirem completamente sobre a distribuição, acabando com o problema da concorrência.

Para que tudo isso funcione, acreditamos ser fundamental o papel desempenhado pela tecnologia. Diferente de algumas tendências libertárias que acreditam que tecnologia tem, em si, o germe da dominação, nós pensamos que sem ela não há possibilidade de o socialismo libertário se desenvolver. Com o advento da tecnologia e sendo ela empregada em favor do trabalho, e não do capital, certamente haverá um ganho de produtividade e consequentemente uma redução significativa de tempo de trabalho das pessoas, que poderão utilizar este tempo para outras atividades. Obviamente, entendemos que há boas e más tecnologias, e que por isso a sociedade necessita avaliar se necessita realmente de um maior desenvolvimento da tecnologia em acordo com os princípios

Errico Malatesta

ecológicos, o que contribuirá para uma nova harmonização da sociedade com a natureza. [Murray Bookchin. "Um Manifesto Ecológico"]

Defender esta consciência ecológica não significa que os seres humanos estarão coagidos por um sistema de leis naturais, pois o ser humano é parte da natureza e, como tal, não deve estar submetido a ela. Obviamente que também não sustentamos que a relação de dominação entre seres humanos e natureza deva continuar. Ao contrário, ela deve cessar o quanto antes e dar lugar a uma relação igualitária entre seres humanos e natureza.

A consciência ecológica deve ser desenvolvida desde o momento das lutas que precedem a ruptura revolucionária, e na própria sociedade futura, tendo como fundamento as relações de apoio mútuo teorizadas por Kropotkin. Este desenvolvimento pode ter como principal referência a premissa de que nós, seres humanos, somos parte integrante da natureza, "que toma consciência sobre si própria", tal como colocou Reclus.

A humanidade se difere dos demais elementos naturais e das demais espécies animais por estabelecer relações sociais com tudo aquilo que a rodeia, por possuir uma capacidade de pensar sobre si mesma e de teorizar sobre a realidade, e com estas aptidões, conseguirem modificar drasticamente o cenário ambiental em que vive. Desta forma, o sistema capitalista, pela própria razão de seu funcionamento, faz com que os capitalistas explorem recursos naturais de forma que estes não consigam se regenerar em seu ritmo natural. Na sociedade futura, isso não poderá mais acontecer. O desenvolvimento da humanidade levado a cabo pelo socialismo libertário deve dar muita importância às relações de apoio mútuo entre as espécies e a natureza.

Com o emprego da tecnologia em favor das pessoas trabalhadoras e seu desenvolvimento; com o fim da exploração capitalista e os frutos do trabalho vindo completamente para as pessoas trabalhadoras; com o emprego pleno em funcionamento; as pessoas trabalhadoras terão mais tempo que poderá ser utilizado, por exemplo, para uma real participação política sobre os assuntos de suas vidas, discutindo e deliberando o que é necessário em seus lugares de trabalho e moradia. Além disso, com a consequente diminuição de produtividade que o conjunto equilibrado de tarefas oferecerá, visto que "desespecializará" um pouco o trabalho, cada pessoa poderá utilizar o tempo restante – acreditamos que com estas mudanças o tempo de descanso será muito maior do que o de hoje – para escolher o que fazer: descanso, lazer, educação, cultura etc.

As decisões na autogestão não devem obedecer a um modelo específico. As instâncias de base das pessoas trabalhadoras podem escolher a melhor forma de aplicação da democracia direta, sendo fundamentais as discussões e deliberações horizontais, a clara exposição de ideias e as discussões das questões apresentadas. Claramente, o consenso não deverá ser utilizado na maioria das decisões, visto que é muito pouco eficiente (principalmente se pensarmos as decisões em larga escala), além de darem grande poder a agentes isolados que podem barrar o consenso ou ter muito impacto sobre uma decisão em que são minoria. As questões podem ser decididas por voto, após o devido debate, podendo variar se quem vence é quem possui 50% + 1 dos votos, ou se quem vence é quem possui 2/3 dos votos, e assim por diante. Devemos ter em mente que o processo de tomada de decisão é

um meio e não um fim em si mesmo e, portanto, temos também de nos preocupar com a agilidade neste processo.

No sistema de decisões, a autogestão e o federalismo implicam a democracia direta com participação de todas as pessoas, as decisões coletivas, a delegação com mandato imperativo, a rotatividade e a revogabilidade de funções, o acesso às informações e o poder de decisão igualitário. O federalismo articularia tanto o trabalho quanto as comunidades, permitindo que as decisões fossem tomadas em larga escala. "Federação, do latim foedus, genitivo foederis, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança", em que aqueles que estão organizados "obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação". [Proudhon. "Do Princípio Federativo"]

Emma Goldman discursando em Nova York, 1916

A articulação no federalismo permitiria a tomada de decisões em larga escala, das menores instâncias autogeridas, até as mais amplas. No ambiente de trabalho, o federalismo articularia unidades, pequenas divisões, grandes divisões, locais de trabalho ou mesmo indústrias inteiras. Nas comunidades, o federalismo articularia famílias, vizinhos, ruas, quarteirões, bairros, cidades, regiões ou mesmo países. Esta articulação seria feita pelos delegados que se reuniriam e discutiriam as posições deliberadas nos conselhos. Delegados estes que possuiriam mandatos imperativos, ou seja, representariam as posições coletivas dos conselhos e não as suas próprias, como ocorre na democracia representativa. Além disso, os mandatos dos delegados não seriam fixos e seriam revogáveis a qualquer momento. Já que "o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centra-lização administrativa e governamental" [Idem], entendemos que ele seria responsável pela estrutura que substituiria o Estado e por meio da qual, junto com os conselhos autogeridos,

se realizaria a política no socialismo libertário. Os conselhos, como associações voluntárias, tomariam uma extensão ainda maior, com o objetivo de substituir o Estado e todas as suas funções. Eles representariam uma rede entrelaçada, composta de uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e níveis, locais, regionais, nacionais e internacionais, temporários, ou mais ou menos permanentes – para todos os possíveis propósitos: produção, consumo e troca, comunicações, sistemas sanitários, educação, proteção mútua, defesa da região, e assim por diante; e, de outro lado, para a satisfação de um número de necessidades, cada vez mais crescentes, científicas, artísticas, literárias e sociais. [Kropotkin, "Anarquismo"]

Desta maneira, sairiam o Estado e a democracia representativa e tomariam seu lugar a autogestão e o federalismo; e a política tomaria seu correto lugar, que é no seio do povo, não havendo mais a separação entre aqueles que fazem a política e aqueles que não fazem, visto que no socialismo libertário seriam os próprios membros da sociedade que realizariam cotidianamente a política.

A consciência deve acompanhar o ritmo de crescimento das lutas e ser estimulada por processos pedagógicos sempre que possível. Apesar de não acreditarmos que para se fazer a revolução social todo o povo deverá estar educado, reconhecemos que no momento da revolução social, quanto maior o grau de consciência do povo, melhor. Progressivamente, a sociedade deve desenvolver sua cultura no sentido libertário e isso não deve acontecer somente no momento da revolução social e após ela; mas já no momento da luta, da construção e do desenvolvimento da organização popular. É inegável que a ideologia, já transformada em cultura, que o capitalismo introduziu no imaginário popular, terá de ir se desfazendo aos poucos e isso se dará por um longo processo de educação popular. As opressões de gênero, de raça, o patriarcado, o individualismo, e outras, devem ser combatidas o máximo possível desde o agora, nos processos de luta e nas práticas militantes, quando no momento da revolução social ou mesmo depois dela. No socialismo libertário entendemos que a autogestão e o federalismo, na prática, deverão contribuir com este processo. Além disso, deve-se investir muito em atividades de educação e cultura para toda a sociedade, estimulando "a instrução [que] deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte deve ser integral" [Bakunin, "Instrução Integral"], proporcionando conhecimento teórico e prático, para crianças e adultos.

Desta forma, entendemos que o sistema de dominação e exploração do capitalismo e do Estado terá acabado – ninguém mais acumulará poder graças à força social obtida pela alienação de outras pessoas – e o novo sistema se sustentará sobre os pilares da igualdade econômica, política e social e da liberdade. Uma igualdade que se dará com o estabelecimento da propriedade coletiva, dos conselhos ou instâncias de base autogeridas, dos conjuntos equilibrados de tarefas, das remunerações igualitárias, das planificações autogestionárias, das decisões coletivas, da igualdade entre os povos, gêneros e orientações sexuais, da luta constante contra as opressões e violências de qualquer tipo. Uma liberdade tanto em relação ao sistema de dominação e exploração quanto em relação ao que se pretende atingir. Uma liberdade que seja coletiva e com responsabilidade, considerando cada um livre, na medida em que todos os outros forem livres, "a liberdade que consiste no pleno desenvolvimento de todas as potências materiais, intelectuais e morais que se encontram em estado de faculdades latentes em cada um" [Bakunin, "A Comuna de Paris e a Noção de Estado"]. O socialismo libertário trará um luxo ignorado por todos: "o luxo da humanidade, a felicidade do pleno desenvolvimento e liberdade de cada um na igualdade de todos". [Bakunin, "Moral Revolucionária"]

PARA UMA TEORI

Coordenação Anarquista Brasileira

PODER, DOMÍNIO E CLASSES SOCIAIS

As relações de poder permeiam todas as relações sociais. Elas envolvem os agentes sociais nas mais diversas disputas e nas tentativas de influenciar situações. Nas sociedades divididas em classes sociais existe uma relação de poder específica, que pode se manifestar nas diferentes esferas sociais (econômica, política e ideológica): o domínio, a dominação.

A dominação ocorre quando uma classe, um grupo ou um indivíduo executa o projeto de outra pessoa, grupo ou classe contra seus próprios interesses, se prejudicando portanto, e reforçando os privilégios do dominador.

As classes sociais marcam a história da humanidade desde aparecimento das grandes civilizações até hoje; possuem um destacado e específico papel no capitalismo. As relações entre as classes sociais são relações de domínio.

O anarquismo, como uma corrente socialista, luta pelo fim da dominação e, consequentemente, pelo fim das classes sociais, tendo por objetivo construir um sistema igualitário (socialista) e livre (libertário).

A DA ESTRATÉGIA

Para atingir este objetivo, é necessário que os anarquistas em geral, e nossas organizações políticas em particular, construam uma estratégia e um programa que orientem o caminho geral desta transformação.

O quadro abaixo sistematiza o que entendemos por estratégia e programa de uma organização política.

Estratégia geral

Estratégia tempo restrito 1

Estratégia tempo restrito 2

Análise de Conjuntura

Tática 1

Tática 2

Tática 3

Tática 4

Tática 5

Tática 6

Objetivo finalista

Análise de Estrutura

Programa

Estratégia e Programa

A estratégia envolve uma leitura da realidade, os objetivos que se quer alcançar e um caminho para isso. Ela nada mais é do que a ciência do conflito, em última análise, o estudo da guerra (em todos os níveis e formas e intensidades), estando aí incluída a guerra social ou luta de classes.

A ideia de estratégia surge da relação conflituosa entre classes, grupos ou pessoas e do fato de que as disputas políticas envolvem interesse antagônicos.

Necessitamos pontuar uma linha que unifique nossa atuação de modo a que ela seja federalista, mas nunca fragmentada. De maneira que possamos efetuar uma atuação compacta e coesa internamente,uma prática política que acumule para a organização e isto significa simplesmente, uma linha que construa ou reconstrua as organizações sociais necessárias para serem a base do poder popular. A esta linha unificadora damos o nome e a carga conceitual de programa.

O programa formaliza uma estratégia determinada e, portanto, orienta ações para um período e local determinados. Para a construção de um programa, temos que nos utilizar da avaliação e do planejamento estratégico. Ele deve apresentar as reflexões estratégicas com as noções sobre onde nos encontramos, aonde queremos chegar num determinado momento e como percorreremos este caminho.

Um programa concretiza a linha que aplicamos num período. Pode ser tirado para períodos de tempo menores ou maiores. Ele contém uma série de pontos, metas e objetivos a serem aplicados no curtíssimo ou no curto prazo (entre congressos, por exemplo) e reflete o objetivo central da estratégia (geral ou de tempo restrito). Apresenta as ferramentas apropriadas para a atuação popular, de base e combativa, para um trabalho de unificação das lutas, de atuação a partir das nossas frentes e a geração de uma identidade em que diversos sujeitos sociais se enxerguem e atuem a partir de uma noção de classe oprimida.

Há , com isso, uma linha política geral para guiar nossas iniciativas num certo tempo. Pode ocorrer ainda que os objetivos estratégicos de um período não tenham total correspondência com nossa capacidade militante (tanto de infra como de pessoal para trabalhar em todos os níveis necessários) e nem com nossa força de intervenção social. Ainda assim, temos que transformar em prática política concreta aquilo que apontamos como objetivos gerais para esta etapa. O programa será o instrumento que pontuará os atos concretos que faremos para realizar nossa hipótese de estratégia. Por essa razão podemos falar também de agenda. São distintas operações que deverão estar em marcha para efetivar uma força viva (isto porque temos a intenção de fazer ela nascer) e que en-

frenta condições de vida duras, fragmentação, desespero causado pela miséria, perda ideia de futuro coletivo, tecido social em frangalhos e avanço ideológico tanto da velha direita (oligarquias, fisiológicos, capital financeiro e/ou nacional) quanto da nova direita (frações de classe dirigente, conformando uma nova elite política-administrativa, a partir dos governos da "esquerda oficial").

Evidentemente, o objetivo finalista e a estratégia geral da organização podem aparecer no programa. Neste caso trata-se de "programa máximo", com pouca variação. Ainda assim, é importante que o programa apresente elementos mais restritos, de curto e médio prazo.

ANÁLISE DE ESTRUTURA / ESTRUTURAL

É a avaliação dos elementos que permitam compreender o sistema e a estrutura nos quais estamos inseridos, tomando em conta noções de longa duração. Esse tipo de análise fundamenta-se na história e busca apresentar os principais traços estruturais (que não variam muito com a conjuntura) do sistema capitalista, do Estado, da cultura hegemônica vigente (sempre com essa noção de longo prazo).

A análise do capitalismo de Marx em O Capital, por exemplo, é estrutural, assim como a teoria do Estado anarquista (ela independe do partido que está no governo). A estrutura é mais profunda e possui elementos de maior permanência que a conjuntura; numa análise desse tipo, abordamos o sistema de dominação e sua estrutura de classes, independente de a empresa X ou Y ter maior poder econômico ou de o partido A ou B estar no Executivo ou Legislativo.

ANÁLISE DE CONJUNTURA / CONJUNTURAL

É a avaliação dos elementos que permitem compreender o momento em que se encontram o sistema e a estrutura da sociedade, ou seja, qual é a caracterização do período em que se encontra uma sociedade e seus traços mais importantes. Esse tipo de análise é bem mais imediato que a análise estrutural e toma em conta as mudanças como as políticas econômicas, os partidos políticos no poder, os blocos econômicos capitalistas, os cenários internacionais e nacionais, guerras, conflitos, grandes eventos, movimentos populares, a cultura num sentido mais imediato etc.

Como anarquistas, acreditamos que, mesmo com limitações estruturais/conjunturais, a ação humana tem condições de modificar/transformar a sociedade. Por isso, devemos levar em conta nestas análises as ações humanas que têm contribuído para as conformações sociais em questão. Como não somos completamente guiados pela estrutura/conjuntura, temos de pensar como nos posicionar e como agir em relação a elas.

A conjuntura é o momento vivido, mas é necessário fazer um recorte da realidade para poder interferir sobre ela. São, no mínimo, três recortes simultâneos. Um é o recorte temporal, ou seja, o período ao qual nos referimos.

Podemos dizer que o período de tempo que estipulamos é o seguinte (curtíssimo prazo = 2 anos; curto prazo = 4 anos; médio = 8 anos e longo = 12 ou mais), ou que estamos analisando a conjuntura do mês, do bimestre, do trimestre e assim por diante. Também podemos afirmar que analisamos o planejamento de algum outro agente (exs: pode ser um outro partido político, pode ser uma instituição do inimigo), e aí se utiliza o recorte de tempo que este outro agente estipulou. Um outro recorte necessário é o de dimensão geográfica. Ou seja, sobre qual terreno estamos analisando. Tanto podemos analisar a conjuntura de uma região da metrópole (ex. a Restinga), como podemos tentar analisar o Rio Grande do Sul como até nos aventurarmos numa análise global na realidade da Guerra contra o Iraque. Simplesmente não se poder fazer política fora do tempo e do espaço, e, portanto, estes dois recortes são fundamentais.

OBJETIVO FINALISTA

É inflexível e estabelece a sociedade que se quer para o futuro. No caso da CAB, conforme apontado em nossos princípios, os objetivos finalistas são a revolução social e o socialismo libertário. No caso de um programa anarquista, consideramos ser necessário apontar os traços gerais desse sistema, ou seja, o que propomos para a autogestão e o federalismo nas três esferas. O objetivo finalista consolida-se com a conquista da sociedade pelas forças do povo com a vitória do poder popular, através de um processo re-

volucionário de longo prazo. Esta vitória significa o poder político pela forma federalista e revolucionária e a autogestão socioeconômica em toda a escala do território liberado.

Muito importante é saber que os objetivos finalistas não devem ser confundidos com a estratégia geral. A definição dos objetivos que queremos atingir é marcada pela opção ideológica que assumimos, portanto a mudanças de objetivos gerais implica em mudança ideológica, mas não necessariamente ocorreria a mesma coisa com a estratégia. Revisar a estratégia, portanto, não implica mudar os princípios. O socialismo libertário seria um objetivo, a construção do poder popular talvez estivesse mais no campo da estratégia.

São esses objetivos que condicionarão o estabelecimento de nossas estratégias e táticas, pois são os objetivos que condicionam as estratégias e estas condicionam as táticas; é isso que os anarquistas têm chamado de coerência entre meios e fins. Esse objetivo finalista é estabelecido a partir da utopia.

A utopia é um elemento inflexível e permanente; trata-se de um lugar a ser construído, a inspiração que, aplicada em termos concretos, traça o objetivo finalista. O lugar a ser construído é a sociedade socialista e libertária, onde a forma de organização social para vivermos em coletividade não passará por métodos de injustiça, sistemas de privilégio nem reconstituirá um Estado. Pode ser que nunca o venhamos a atingir, mas este lugar é o que direciona os objetivos e tempos estratégicos da organização.

ESTRATÉGIA GERAL/PERMANENTE

É inflexível e caracteriza-se como planejamento geral que coordena os objetivos finalistas (onde queremos chegar) e os meios empregados, de maneira que esses objetivos sejam promovidos em relação às outras forças em disputa, partindo do momento em que se encontra (caracterizado pelas análises estrutural e conjuntural). No caso da CAB, apontamos como estratégia geral: "A estratégia geral do anarquismo que defendemos baseia-se nos movimentos populares, em sua organização, acúmulo de força, e na aplicação de formas de luta avançada, visando chegar à revolução e ao socialismo libertário. Processo este que se dá conjuntamente com a organização específica anarquista que, funcionando como fermento/motor, atua conjuntamente com os movimentos populares e proporciona as condições de transformação. Estes dois níveis (dos movimentos populares e da organização anarquista) podem ainda ser complementados por um terceiro, o da tendência, que agrega um setor afim dos movimentos populares. Essa estratégia, portanto, tem por objetivo criar e participar de movimentos populares defendendo determinadas concepções metodológicas e programáticas em seu seio, de forma que possam apontar para um objetivo de tipo finalista, que se consolida na construção da nova sociedade."

Ou seja, esta estratégia implica o processo revolucionário de longo prazo, com o protagonismo das classes oprimidas e com um alto nível de confrontação (em todos os

níveis, militar, político, social, econômico, jurídico e principalmente, ideológico). Num programa anarquista, isso precisa ser discutido com mais detalhes para caracterizar as linhas gerais dessa estratégia. Em geral, num programa, é relevante que se aponte um tempo mais ou menos esperado para essa grande etapa, ou seja, para a consolidação desses objetivos.

Podemos ainda dizer outras coisas. Ela corresponde a uma teoria dos aspectos mais gerais e de mudança lenta do sistema e uma política de ruptura dirigida até suas estruturas fundamentais de dominação. Nesta categoria se definem uma caracterização do sistema de dominação, o capitalismo e as estruturas do poder dominante, o núcleo duro instituído pela formação social-histórica... Neste âmbito temos definido uma estratégia de poder popular revolucionário. Postulamos como seus elementos constitutivos: o protagonismo das organizações populares, uma nova articulação político-social, a ruptura revolucionária como insurreição popular. O conjunto dos elementos sistemática e coerentemente reunidos apontam para objetivos de tipo finalista: uma revolução de caráter socialista e libertária que compreende uma frente de classes oprimidas como sujeito de mudança. Por aí anda o programa finalista, que guarda um conjunto de medidas e proposições que representam o sentido de tal reestruturação social.

Nossa estratégia permanente passa pela construção do poder popular a partir da criação (ou recriação) de organizações populares classistas e autônomas e que avancem passo a passo em seu protagonismo como povo organizado. Mas, só uma carta de intenções não bastaria para cumprirmos a tarefa de participar e disputar a hegemonia deste poder popular. Não se trata apenas de propagandear os princípios mas incidir e garantir o funcionamento dessas organizações. Quanto mais libertárias e socialistas forem internamente estas organizações e movimentos, mais chance terá o nosso projeto. Ou seja, terem um federalismo funcional como modo de gestão política; apontarem a autogestão como modo de produção socioeconômica; terem um comportamento solidário com as demais organizações e movimentos da classe; contarem com democracia interna e alto grau de participação popular e darem a peleia na forma mais avançada para cada

etapa da luta popular. Desta forma construiremos a hegemonia anarquista no seio dos movimentos populares em construção e/ou avanço.

ESTRATÉGIA DE TEMPO RESTRITO

É inflexível dentro do prazo estipulado e constitui a estratégia para um tempo determinado menor do que o tempo da estratégia geral; não é a estratégia geral pois seu tempo é mais restrito e não é a tática porque possui traços mais duradouros e menos flexíveis e não somente operacionais. Ela abarca uma etapa determinada, menos que a etapa da estratégia geral e maior que a etapa de um conjunto restrito de táticas.

Se vincula às mudanças de maior velocidade e que não podem ser reduzidas ao campo da tática. Corresponde a análise de uma formação social concreta em sua atual etapa de desenvolvimento, para considerar particularmente suas condições e possibilidades. Trata-se de encontrar resposta lógica a uma afirmação anterior que dizia: "A estratégia é uma só, o que muda em tempo de refluxo é a tática". Não muda só a tática, mas também determinados aspectos, ou zonas, da estratégia. A estratégia está concebida em articulação e interação constante com a tática.

Por esta categoria tomamos definições sobre o caráter da etapa (ou fase), onde reunimos elementos descritivos e analíticos que "cortam" períodos históricos e nos informam modelos operativos do sistema em sua dinâmica histórica. O programa mínimo, neste particular, sintoniza com os problemas que se enfrentam com o modelo dominante e a acumulação de forças antagonistas para construir uma alternativa libertária.

Pode ser que pelo programa mínimo tenhamos uma zona de consenso com os setores classistas do campo de esquerda, o que não é em si nenhum problema. O que não pode faltar como elementos de distinção e definição são as linhas gerais que vão marcar nosso perfil na prática política e as suas tarefas correspondentes dentro de planos e prazos que demarcamos na etapa corrente. No marco amplo de um programa mínimo que agrupa as pautas de luta contra o modelo, nossa estratégia parte de onde estamos e como estamos fazendo, para tomar prioridades e planos de crescimento, formar alianças e criar forças sociais mais decisivas.

Trata-se de algo que faz parte da estratégia geral, mas limitado a determinado campo. Sua possibilidade de mudança é maior que a estratégia geral e menor que a tática. Seria linhas gerais em determinado campo de atuação que alimentaria o programa de trabalho por um determinado período. Por exemplo, temos uma estratégia geral para se chegar ao socialismo libertário e uma estratégia de sentido restrito dentro do campo da saúde, que dialoga coma estratégia geral. Na atuação dentro da luta do campo da saúde utilizaremos diversas táticas.

Sendo esta a nossa estratégia permanente, apontamos um recorte no tempo. Isto é, cortes de prazo. Para o curtíssimo prazo (que é algo, em termos exatos de tempo = 2 anos), e para o curto prazo (= 4 anos), onde aplicaremos nossa estratégia. Neste período mais curto e visível de tempo (ou seja, onde e quando podemos aplicar o nosso planejamento), definiremos objetivos centrais, determinantes das variações e mudanças ao longo deste prazo de tempo e apropriadas de autonomia decisória pelo mecanismo federalista. A esta forma mais curta de estratégia damos o nome que reflete o conceito de estratégia de tempo restrito (aplicada nestes tempos restritos).

TÁTICA

É flexível e dotada de autonomia e constitui uma ação ou um conjunto de ações de caráter momentâneo que tem por objetivo promover a estratégia restrita e, assim, a estratégia geral. São bastante práticas e concretas e "conversam" com o dia-a-dia da organização e sua prática política.

Está constituída pelo plano das ações a serem realizadas como metas da organização para o curto prazo. Opera neste presente histórico, desde seus problemas e conflitos específicos concretos. É onde apontamos soluções organizativas e a tática geral, ou seja, os acordos, os conceitos, os critérios de trabalho e objetivos que atravessarão toda a militância como um só compromisso político durante a ação. Sua execução e seus bons ou maus resultados dependem, portanto, de uma visão global e/ou solidária dos companheiros/as, para além do seu próprio lugar de inserção ou tarefa específica. Essa é a natureza de uma organização política. Se não é capaz de concentrar força em linhas transversais enfraquece seu pacto associativo e termina definhando com ações impotentes.

Para se percorrer a estratégia até chegarmos no objetivo finalista teríamos que lidar com objetivo intermediários de curto, médio e longo prazo, que fazem parte do caminho que estamos construindo. A organização da militância social em tendências, por exemplo, é algo tático que pode caber ou não dentro de uma mesma estratégia, mas uma vez adotada ele pode perdurar ao longo de anos, mesmo sendo uma tática. Essas ações ligadas a esses objetivos, chamada de tática, devem estar em sintonia com os objetivos gerais, portanto com a estratégia geral. Devem ser executadas baseadas nos mesmos princípios, mas com a sensibilidade suficiente para perceber sua maleabilidade maior no sentido de mudança das diversas táticas ao longo da construção estratégica que vai dialogar com a conjuntura que está inserida.

FINS E MEIOS

As táticas devem estar subordinadas à estratégia de tempo restrito, a qual deve estar subordinada à estratégia geral, a qual deve estar subordinada aos objetivos finalistas.

Não são "os fins que justificam os meios", mas os fins que devem determinar os meios (estratégias, táticas, etc.).

Esta é uma coerência da qual não podemos abrir mão. O que fazemos hoje contribui para onde vamos chegar amanhã.

Autogestão Anarquista

Revolução Espanhola 80 anos

construa movimentos,

e não candidatos...

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA

www.vermelhoenegro.net

CALC
Coletivo Anarquista Luta de Classe

FARPA

COMPA

ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA ZABELÊ

COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA

FAG
Federação Anarquista Gaúcha

OASL

FÓRUM ANARQUISTA ESPECIFISTA BAHIA

ORL

FACA
Por um Corte Socialista libertário!